

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O GOVERNO DAS MINAS NO PERÍODO POMBALINO
(1750 - 1777)**

Fransuelen Marci Martins Haber

Monografia de Final de Curso elaborada sob a orientação da Professora Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

**JUIZ DE FORA – MG
DEZEMBRO 2012**

FRANSUELEN MARCI MARTINS HABER

O GOVERNO DAS MINAS NO PERÍODO POMBALINO
(1750 - 1777)

Monografia de Final de Curso elaborada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

ORIENTADORA: DRA. CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA

JUIZ DE FORA

2012

DEDICATÓRIA

Dedico
Deus todo o meu trabalho, pois
somente Ele é digno da minha
adoração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo esforço e amor a mim dedicados. As minhas irmãs amadas e ao meu marido e filho pelo carinho a mim dispensados.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO _____	8
CAPÍTULO 1 – REVISÃO HISTORIOGRÁFICA _____	12
CAPÍTULO 2 – MARQUÊS DE POMBAL, UMA FIGURA CONTROVERSA_	25
1. A SITUAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII _____	25
2. MARQUÊS DE POMBAL _____	27
3. PROVIMENTOS DE OFÍCIOS DURANTE O PERÍODO POMBALINO _____	30
4. MODOS DE GOVERNAR _____	34
CAPÍTULO 3 – A SITUAÇÃO MINEIRA E SEUS GOVERNADORES DURANTE O SETECENTOS _____	44
1. A ECONOMIA MINEIRA _____	44
A. A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA _____	44
2. OS GOVERNADORES DAS MINAS _____	45
A. CONDE DE BOBADELA _____	45
B. JOSÉ ANTÓNIO FREIRE DE ANDRADE _____	47
C. ANTÔNIO ALVARES DA CUNHA _____	48
D. LUÍS DIOGO LOBO DA SILVA _____	48
E. CONDE DE VALADARES _____	49
F. ANTONIO CARLOS FURTADO DE MENDONÇA _____	50
G. PEDRO ANTONIO DA GAMA FREITAS _____	50
H. ANTONIO DE NORONHA _____	50
CONCLUSÃO _____	51
BIBLIOGRAFIA _____	54
1. FONTES SECUNDÁRIAS _____	54
2. SITES _____	55

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo observar se durante o período do governo de Pombal (1750 – 1777) houve grandes mudanças na administração colonial, principalmente a da região das Minas, visto que esse foi um momento de declínio da mineração do ouro e da tentativa por parte deste ministro de centralizar de forma mais clara o poder real.

PALAVRAS-CHAVE: Marquês de Pombal, administração colonial, pombalismo.

ABSTRACT

This paper aims to observe whether during the government of Pombal (1750 - 1777) great changes occurred in the colonial administration, especially in the region of Minas, since this was a time of decline of gold mining and the attempt by Minister to centralize this the real power more clearly.

KEYWORDS: Marquis of Pombal, the colonial administration, pombalism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema de sua pesquisa o governo da capitania de Minas Gerais durante o século XVIII. De maneira mais específica o período do governo do Marquês de Pombal em Portugal.

O que se busca, aqui, é entender de que maneira seu governo e suas ações a frente do mesmo interferiam nos governos da capitania de maior relevância para o Império Português, Minas Gerais, naquele momento.

O período a ser estudado nesse trabalho estará restrito aos anos de 1750 a 1777, que é o período do governo do, acima mencionado, Marquês. Este governo e período foram escolhidos por ser Pombal uma figura que causava diversos sentimentos entre os súditos da Coroa portuguesa, levando-os do amor ao ódio e, também, porque esse foi um momento de queda na produção do ouro e de consolidação do mercado interno da capitania mineira.

Quanto ao espaço geográfico, tal pesquisa visará a capitania das Minas, isso porque essa era, no momento, a capitania mais importante economicamente, ela gerava a maior parte da dos lucros portugueses em seu empreendimento colonial, o que faz com que as atenções da Coroa estejam voltadas para ela de maneira especial.

A partir desse estudo buscar-se-á compreender melhor a administração portuguesa no ultramar, assunto que por muito tempo foi relegado a um segundo plano¹. Nesse sentido é possível perceber que a maioria dos estudos

¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do séc. XVIII*. SP: Companhia das Letras, 2006.

que surgiram, a princípio, não contribuíram de forma relevante para uma reflexão na historiografia brasileira.

O desenvolvimento desta análise se mostra importante na medida em que esse vem complementar as novas pesquisas que vem sendo feitas sobre essa administração.

Esse é um tema que chama muito a atenção já que se vê que os governadores das capitanias eram homens que deviam fazer acontecer as ordens régias, mas não tinham como não levar em consideração as especificidades do local. Além disso, esses homens, em sua maioria, eram homens que já haviam andado por todo o Império Português e trabalhado na sua administração e por isso traziam uma carga de conhecimento muito grande com eles sobre a função que estavam exercendo e da administração de todo aquele Império.

Assim, a escolha deste momento se faz necessária na medida em que ele se mostrou tão diferente dos outros politicamente, as transformações sociais e políticas eram imensas e também pelo fato de que, naquele momento, a capitania estava sofrendo grandes transformações.

De todos os trabalhos que são, atualmente, feitos sobre o tema “administração portuguesa no ultramar”, poucos tratam sobre governadores, o que gera a necessidade da realização desses estudos até mesmo para que se possa compreender de que forma se dava a administração da colônia e o que ainda hoje se pode perceber na política atual, além de podermos perceber de que maneira se dava o diálogo entre colônia e metrópole num momento em que a nobreza portuguesa e colonos urravam de horror ao Marquês.

Além disso, essa é uma pesquisa que se torna importante na medida em que pode abrir novos horizontes para muitas pesquisas relacionadas a essa área, já que as fontes são abundantes e o acesso a essas tem se tornado mais viável na medida em que elas estão sendo postas a disposição na internet e em outros projetos onde são catalogadas e disponibilizadas para um público cada vez maior.

Além disso, tentar-se-á manter um diálogo com os atuais autores deste tema para que se possa junto com estes montar um quadro analítico da administração daquele período.

A presente pesquisa terá como procedimento uma coleta de dados qualitativos, já que um processo quantitativo não seria interessante neste momento e talvez não respondessem as questões propostas neste trabalho.

A bibliografia a ser utilizada trata sobre administração portuguesa em todo o Império e sobre a economia colonial do período, portanto, haverá um constante diálogo entre autores de linha tradicional e os autores que tratam desse assunto de uma maneira diferenciada, que são os mais atuais.

Destes, deve-se destacar historiadores portugueses que vem buscando entender como se dava a administração das colônias pela Coroa portuguesa, além daqueles brasileiros que vem tentando manter um diálogo com essa historiografia, o que vem rendendo grandes frutos para o entendimento dessa temática. Isso, sem deixar de lembrar-se de pesquisadores anglo-saxões que deram sua contribuição para o dito assunto.

A pesquisa se dará através da análise de fontes secundárias para que se possa conhecer o que atualmente se estuda sobre o tema e qual a linha que esses estudos vêm seguindo.

No primeiro capítulo se verá uma breve discussão historiográfica. Essa se faz necessária para que possamos entender qual o quadro que encontramos em relação ao dito assunto dentro da História.

No segundo capítulo tratar-se-á da situação de Portugal no setecentos e de que forma correu o governo de Pombal. Já no terceiro capítulo ver-se-á os governos daqueles capitães-generais que governaram Minas durante aqueles anos e Minas será analisada política e economicamente.

Assim, é através de um vasto material e de uma ampla leitura de textos relacionados ao assunto que se procederá a pesquisa do tema proposto acima.

CAPÍTULO 1

REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

A discussão sobre administração colonial brasileira há algum tempo tira a tranquilidade de pesquisadores da área. A visão sobre essa questão vem sofrendo grandes modificações durante o passar dos anos, devido, em grande parte, a aproximação que vem ocorrendo entre a historiografia portuguesa e a brasileira.

Cada estudioso que se debruça sobre esse tema vêm contribuindo de forma grandiosa para o entendimento do passado colonial e, por isso, acredita-se que não há uma linha de pensamento melhor ou pior que a outra; apenas é possível perceber linhas diferentes e, assim, através delas se chegar àquela que melhor se identifica com a linha de raciocínio do trabalho.

Neste capítulo, o que buscaremos é o debate historiográfico que há em torno desta temática que ao longo do curso vem saltando aos olhos: a administração colonial, sobretudo a do setecentos.

Ao caminhar neste estudo poderá se perceber que algumas obras valorizam mais o funcionamento interno da colônia, enquanto outras enfatizam a ligação dessa com a metrópole², com o centro do Império Português.

Por muitos anos, segundo Laura de Mello e Souza, o estudo da administração colonial foi relegado a um segundo plano³. Ela diz também que

² RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Colonização portuguesa, escravismo e atividades econômicas: breve balanço historiográfico. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/colonizacaoportuguesaescravismoeadatividadeseconomicas.pdf>. 20:01 - 25/06/2009.

por muitos anos pouco se discutiu sobre o assunto e que muitos pesquisadores anglo-saxões é que se debruçaram sobre o tema. A autora destaca que talvez isso tenha acontecido, pois esses autores não teriam nenhum ressentimento pós-colonial em relação a metrópole, o que permitiu que esses autores respondessem a algumas perguntas sobre o tema.

Doravante entraremos no debate propriamente dito, para que se possa esclarecer de forma satisfatória o que foi proposto acima.

Assim, até a década de 70 é possível identificar duas correntes que se preocuparam um pouco mais com o sentido da colonização⁴: uma protagonizada por Raymundo Faoro em “Os donos do poder” (1959 e 1975) e outra por Caio Prado Jr. em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942). Essas análises, entretanto, se mostraram extremadas, não levando em conta a ambiguidade existente na administração colonial portuguesa.

Na obra de Caio Prado Júnior, “A Formação do Brasil Contemporâneo”, do ano de 1942, o autor buscava desenhar a evolução histórica brasileira para que assim pudesse tentar compreender o subdesenvolvimento do país.

Em seu texto Caio Prado diz que a administração colonial era extremamente desorganizada, caótica, irracional, contraditória e rotineira. Para ele, a metrópole não tinha qualquer controle sobre o que acontecia nas áreas coloniais. Considerava os órgãos administrativos da periferia confusos e os

³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do séc. XVIII*. SP: Companhia das Letras, 2006

⁴ Diferentes daquelas que tinham como objetivo discutir o azar de ter sido o Brasil uma colônia de Portugal e do fracasso de tal empreendimento em comparação com a colonização espanhola.

centrais burocráticos e ineficientes. Para ele o público mal conseguia se distinguir do privado.

Ele insiste em afirmar que o Estado Português foi incapaz de criar algo novo na administração colonial e que alguns governadores, que forçados pelo contexto, é que alteravam as disposições metropolitanas, mas não de forma sistemática: “as leis não só eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como frequentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, um ou outro motivo justificado para a desobediência.”⁵

A Coroa segundo o autor não teria conseguido exercer de forma efetiva sua dominação no Brasil. Esse quadro era ainda piorado se fosse levada em conta a distância que havia entre os continentes europeu e americano.

Para ele o funcionalismo era inútil, numeroso e praticamente deliberativo, somente; poucos executariam as decisões reais de forma efetiva. Isso se dava, principalmente, pelo fato de a metrópole estar longe, o que retirava todo sentido do excesso de centralismo português.

Prado Jr. tem um trabalho mais ensaístico. Seu contato com as fontes não é mostrado de forma clara no livro, mas nem por isso perde seu valor, já que ele foi um dos poucos que se preocuparam em abordar o assunto naquele momento. Além disso, o autor entende que o texto normativo não deveria ser levado ao pé da letra, o que mostra que ele enxergava, mesmo que de modo tímido, a dinâmica social existente naquele momento.

⁵ “falta de originalidade da metrópole no organizar administrativamente a colônia, a incapacidade por ela demonstrada em criar órgãos diferentes e adaptados a condições peculiares que não se encontravam no Reino.” In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1973.

Ele acredita que a Coroa Portuguesa só tentou inovar seu governo quanto ao fisco, afinal a função da colônia era render bons lucros para a metrópole.

Outro autor que aborda o assunto no período é Faoro. Ele, todavia aborda o tema a partir de um ponto de vista bem diferente do de Caio Prado que é mais analítico, enquanto ele é bem mais empírico, além de possuir um trabalho mais rico em termos de fontes, e isso, independente das distorções que tenha feito nas mesmas, torna seu trabalho sobremaneira importante.

Para ele o Brasil tinha um governo extremamente burocratizado. Portugal teria trago para cá sua forma de governo e teria a implantado aqui de forma quase que completa, já que ele também assume que, quando possível, os representantes da Coroa se desviavam das ordens régias.

O que ele não levou em conta são as singularidades do país ou até mesmo a distância que poderia fazer com que informações da colônia para a metrópole ou da metrópole para a colônia levassem meses para chegarem em seus destinos, o que obrigava aos funcionários reais a tomarem decisões independente da vontade do Rei.

Faoro não questiona a subjetividade de cada indivíduo. Não leva em conta que cada pessoa possui experiências e que essas influenciam em suas decisões, opiniões e conseqüentemente na forma de entendimento de seu próprio cotidiano, regras, direitos, deveres e obrigações.

Entretanto, seu trabalho não perde valor, já que possibilita um olhar diferente para o passado ainda na década de 40, o que enriquece uma discussão tão desvalorizada no período.

Faoro em seu trabalho destaca o papel central do Estado no processo de formação do país e diz que esse foi capaz de reproduzir a ordem dominante, vigente em Portugal, sem alterar sua existência através do estamento burocrático. Para ele, o sistema administrativo foi transposto com sucesso para a colônia, como consequência de sua centralização e da cooptação das elites. O autor, entretanto, não leva em consideração a realidade local, negligenciando assim as situações desviantes (como foi dito acima), exagerando o papel do Estado e minimizando o papel das contradições e da dinâmica social⁶. Não haveria, portanto, a negociação entre colonos e Estado. Esse se impõe e ponto final⁷. A realidade colonial seria, dessa forma, gerada pela lei e pelo regulamento. O Estado estaria, assim, alheio às necessidades nacionais.

Tende a minimizar o mando local, a ruralização da colônia e o papel dos grandes proprietários esvaziando a complexidade das relações entre administração, política e sociedade. Porém ao observar-se conjuntos de documentos como os do Arquivo Histórico Ultramarino, é possível perceber quão grande era essa troca entre essas entidades.

Tanto Faoro, quanto Caio Prado, entretanto, se aproximam quando criticam o atraso português e o atraso de suas colônias, a rotina e ignorância de suas elites e o preconceito contra o trabalho manual. Esse último ponto pode ser percebido quando se analisa o mesmo conjunto documental acima citado, principalmente aqueles que dizem respeito a pedidos para participação

⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre/São Paulo, Globo/Edusp, 1975.

⁷ Para Faoro o Estado e suas leis chegaram antes mesmo do povo e para que essa fosse obedecida era usado como arma o medo da punição daqueles que aqui viviam, mesmo tão distantes da Coroa.

na Ordem de Cristo onde se no passado ou antepassados fosse encontrado trabalhos ou trabalhadores manuais o requerente teria seu pedido deferido pelo Conselho Ultramarino por ser essa uma espécie de “mancha” em seu histórico.

Sérgio Buarque de Holanda também se insere nesse debate e para esse autor, como Portugal era um país que havia se unificado e centralizado precocemente não teria se preocupado muito com a administração colonial, se opondo assim a ideia de Faoro.

Para ele a própria colonização do território brasileiro ocorreu alheia aos portugueses. Eles não teriam sequer se importado com isso, permitindo que o tempo conduzisse a situação. Segundo Holanda há sociedades que para atingirem seus objetivos não se importam com os meios, a aventura os guia e talvez essa tenha sido a escolha menos trabalhosa para Portugal.

Portanto, temos que nas décadas de 30, 40 e 50 as “explicações do Brasil” são dotadas de ressentimento ante a Portugal e sua má gestão na ex-colônia. Somente Gilberto Freire é que teria tido uma visão mais otimista do Brasil, segundo Schwartz⁸. Todos eles analisaram os fatos gerais e deixaram de lado os fenômenos específicos e, conseqüentemente, elucidativos, ou não deram a eles o real valor.

Já nas últimas décadas é possível perceber um maior interesse pela temática. Segundo Laura de Mello e Souza⁹ esse crescimento dos estudos sobre o Império Português e a administração colonial se deve ao fato de que a percepção sobre o Atlântico Sul mudou. Essa nova linha entende que essa

⁸ Stuart Schwartz, “O país do presente”, entrevista à *Veja*, nº. 1549, 21 de abril de 1999 in: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do séc. XVIII*. SP: Companhia das Letras, 2006.

⁹ Idem 3

região “passou a constituir um sistema próprio dentro do Império Português”, com nuances diferentes de todas as outras colônias portuguesas, já que esta mantinha estreitas ligações com o continente africano, o que torna sua comparação com as outras partes do império questionável¹⁰.

Entre esses autores pode-se destacar Charles Boxer que faleceu em 2000. Grande estudioso da história do Império Português e da história holandesa¹¹, fez grandes contribuições para o entendimento da presença dos jesuítas em diversas partes das possessões ultramarinas de Portugal, além de contribuir sobremaneira para o entendimento das irmandades e câmaras municipais.

Boxer possuía uma visão contrária aos estudiosos acima citados. Isso se deve ao fato de não possuir qualquer tipo de ressentimento contra Portugal. Para ele, o fato de a metrópole ter implantado no Brasil suas instituições sem grandes mudanças é o que permitiu a existência do Império Português por tanto tempo em terras tão distantes. Além disso, entendia que o escravismo, tal como o visto nas colônias portuguesas, era algo peculiar àquele Império.

Ao voltar os olhos para Portugal, nos idos dos anos 90, pode-se perceber um rompimento de alguns estudos com aquela história oficial, contada até então. É nesse momento que nasce os cinco volumes da *História da Expansão Portuguesa* (1998).

Para a confecção deste trabalho contribuíram estudiosos de diversas nacionalidades, entre eles o representante brasileiro é Caio César Boschi. Esta

¹⁰ Entre esses autores podemos citar Alberto da Costa e Silva, Manolo Florentino, Marina de Mello e Souza, Luiz Felipe de Alencastro.

¹¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/C._R._Boxer. 14:53 – 23/05/2012

compilação foi publicada por Francisco Bethencourt e por Kirti Chaudhuri. O que eles buscaram foi unir duas tradições de estudos sobre a temática, a portuguesa e a britânica. Tinham como objetivo revelar os nexos existentes entre as diversas partes do Império Português e dar verdadeira importância às especificidades de cada caso.

Anthony John R. Russell-Wood, falecido em 2010, era, também um grande apreciador do Brasil colônia, assim como seu grande discipulador Charles Boxer. Ele escreveu para o compêndio, anteriormente citado, o capítulo “*Governantes e Agentes*”.

Em seu texto destaca o quanto a distância entre colônia e metrópole podia ser tirana e que as áreas de jurisdição dos funcionários régios eram imprecisas, o que segundo Mello e Souza¹² “deixa vislumbrar a presença da matriz explicativa de Caio Prado Jr”. Além disso, defende que a administração era descentralizada e que o homem local era sobrecarregado de responsabilidades e por numerosas atribuições.

Ele mostra em seu texto o quanto era quase que uniforme a duração dos governos e que os governantes iam e vinham da Índia para o Brasil e do Brasil para a Índia. Destaca que haviam qualidades necessárias¹³ para se tornar um vice-rei, capitão-geral ou governador.

Entretanto o que mais chama a atenção de Russel-Wood não é essa possibilidade de sistematização de alguns aspectos da administração colonial, mas sim a possibilidade que os locais possuíam de “burlar” o sistema. Ou seja,

¹² Idem 3

¹³ Essas qualidades seriam: sangue nobre, pertencimento a redes familiares, idade Madura e experiência militar.

essa quase rigidez administrativa é desmontada pelo estudo das situações específicas que flexibilizavam as ordens ou decretos vindos da metrópole.

Já Bethencourt em seu capítulo “América Portuguesa”, na mesma coletânea, concentra-se na análise do sistema administrativo português. O autor se volta para as decisões metropolitanas e seu comportamento frente as tensões existentes entre as diversas partes da colônia portuguesa na América e mostra como a administração régia reagia de formas variadas levando em conta o momento histórico e as necessidades de cada momento, o que permitiu, segundo o estudioso, a alteração de decisões quando necessário.

Ele acredita que a comparação entre a colonização espanhola e portuguesa pode trazer grandes benefícios para o entendimento de ambas.

Ele destaca que em Portugal, diferente do que acontecia em Castela, havia um profundo interesse da Coroa em manter relações próximas com os governadores de capitania com a finalidade de enfraquecer o poder central da colônia, que se fazia através da figura dos vice-reis e governadores-gerais.

Também se preocupa em mostrar as diferenças entre as colônias portuguesas da América e as do Oriente.

Por exemplo, os governadores podiam ficar mais tempo no poder na América do que na parte oriental do Império, isso em função das grandes distâncias da metrópole até essa. O medo e o risco de associação com os locais era bem maior do aquele percebido na porção americana.

Nessa linha de novos estudos podemos citar António Manuel Hespanha, autor que lança novos olhares sobre a temática e influencia muitos outros estudiosos da área.

Profundo conhecedor da História Jurídica portuguesa, vem propondo que se olhe o passado com um olhar menos anacrônico; seria como se esse passado não pertencesse a brasileiros ou portugueses. Isso colaboraria para que o julgamento que se faz sobre metrópole e colônia estivessem menos carregados de sentimentos e de mais razão.

Para ele, essa “confusão de atribuições ou superposições de jurisdições é elemento constitutivo e característico do Estado europeu”¹⁴, do Antigo Regime. Entende que os poderes locais (tanto representantes das elites locais, quanto os representantes da Coroa) eram cruciais para a definição das tomadas de decisões.

Todavia, a análise de Hespanha pode incorrer em alguns problemas. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro a análise do autor seria válida somente para o século XVII e não para o XVIII, que se acha bem mais complexo que o primeiro. O autor enfraqueceria sobremaneira o papel do Estado, o que poderia gerar “erros” em sua análise. Além disso,

Na contra mão do que pensa Hespanha temos Laura de Mello e Souza que defende a idéia de que o Estado, mesmo que não tão presente, não esteve, também, tão ausente. Para ela aquele regime possuía uma lógica e racionalidade própria que devem ser levadas em conta.

¹⁴ Idem 3

Contudo, o autor possui muitos adeptos brasileiros que por fazerem uso de suas idéias, de forma indiscriminada, podem acabar incorrendo em erros.

O primeiro e grande problema de sua análise é a corrente a qual se filia. Segundo Laura de Mello e Souza ele filiou-se a “dos estudos da historiografia constitucional alemã à discussão mais contemporânea, voltada para a revisão daquilo que se convencionou chamar de Estado Moderno”¹⁵. Essa tem como foco de suas pesquisas as manifestações europeias do fenômeno. Busca-se assim, mostrar a indistinção entre público e privado, assim como uma organização social estamental e corporativa. Essa, contudo, é uma discussão que não cabe aos Estados colonialistas, pois ela não “acredita” em um Estado absolutista e quando se referem a eles os elementos centralizadores são relativizados.

O outro problema seria a supervalorização que Hespanha daria aos textos jurídicos. É daí que advém seu maior legado. Suas idéias têm em sua base nas relações entre direito e moral. Isso leva o autor a supervalorizar os limites que o direito imporia ao poder real. A questão é que o mundo colonial não pode ser visto somente a partir das leis, caso contrário retira-se a possibilidade de casos específicos e esvazia-se a dinâmica social.

Além disso, o Brasil era um país escravista. Não se pode comparar a administração desta colônia, onde em alguns lugares os negros representavam cerca de 50% da população, com a de qualquer outro lugar, principalmente com a administração da metrópole.

¹⁵ Idem 3. P. 52

Assim, segundo Laura de Mello e Souza, os estudos de António Manuel Hespanha se aplicam bem ao contexto português do século XVII, mas não muito bem quando correlacionados com o século XVIII no Brasil.

Mello e Souza ainda faz também uma crítica à coletânea *O Antigo Regime nos Trópicos* (Fragoso, Bicalho e Gouveia). Para a autora o embasamento em trabalhos como o de Hespanha faz com que seja minimizado o alcance do Estado e que se abandone, em parte, a problemática da escravidão.

Ressalta que esse trabalho contribui sobremaneira com sua pesquisa documental, mas entende que o poder local, as redes clientelares, entre outras expressões, de certa forma, esvaziam o escravismo e o papel que esse possuía dentro das articulações sociais daquele contexto.

A autora destaca que pelo fato de o Brasil não ter conhecido o feudalismo, a designação Antigo Regime pode trazer alguns problemas para aquelas análises que propõem um papel do Estado atenuado e uma maior valorização para os poderes intermediários.

Passa então a discorrer sobre o trabalho de Fernando Novais *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Defende que o seu objeto de estudo não é somente econômico, mas que sua proposta de trabalho é, também, entender as relações entre metrópole e colônia num dado período histórico. Ele objetivava mostrar que todo movimento ocorrido em solo europeu, seja político, econômico, social, transformavam também o brasileiro.

Para a autora o que torna a América Portuguesa um caso específico não é o fato de ela ter simplesmente assimilado o Antigo Regime, mas é que essa o

recriou tendo como base o escravismo. De acordo com Souza em função do crescente centralismo ela integrou o Antigo Regime através do antigo sistema colonial.

Ao seu modo de ver, a ideia de um Antigo Regime nos Trópicos esvazia as contradições e privilegia olhares europeus, onde a Europa domina e nada recebe de útil dos povos dominados, se mostrando assim a salvação para os não civilizados.

Não devendo ser deixado de lado outros estudiosos que tem contribuído para os estudos de administração colonial são Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, historiadores portugueses. Ele vem mostrando em seus estudos o papel central da Coroa portuguesa e que os serviços prestados nos vice-reinados da Índia e Brasil tiveram papel nobilitador após a Restauração.

Para eles o fato de a comunicação horizontal e vertical ser rica é o que possibilita a integração das periferias e o “equilíbrio dos poderes no Império”.

Todavia a principal contribuição por eles dada foi o mapeamento das lógicas que ordenavam a escolha dos governantes coloniais, qual o mecanismo das escolhas e mostram que independentes de pressões por trás de cada decisão o que valiam eram as palavras do Rei e dos Conselhos.

Assim, ao discutir ideias de diversos autores é possível perceber que há muito ainda a ser estudado e sem relegar a um segundo plano outras problemáticas da História.

CAPÍTULO 2

MARQUÊS DE POMBAL, UMA FIGURA CONTROVERSA

1 - A situação portuguesa no século XVIII

O século XVIII foi uma época de consolidação colonial. A descoberta do ouro articulou internamente a colonização portuguesa, mesmo que de modo relativo.

Até 1780 a Europa vivia a crise que se iniciou por volta de 1590. Naquele momento surgiam os primeiros indícios das transformações revolucionárias do seguinte século, dando um maior destaque a Revolução Industrial.

Iniciou-se ali uma lenta expansão populacional e a disseminação de técnicas agrícolas holandesas que aumentaram a produção europeia. O sistema financeiro foi aperfeiçoado, além de haver um incremento do comércio marítimo o que contribuiu para o aumento de estoques de ouro e prata com a retomada da produção espanhola e as descobertas de veios auríferos no Brasil.

A expansão comercial beneficiou assim todos os países com frotas oceânicas, o que inclui Portugal.

A economia portuguesa passou a depender muito mais do Brasil. Eram os produtos brasileiros (principalmente o ouro) que garantiam:

- Movimentação dos portos portugueses;
- Rendimentos ao Estado;

- Estabilidade monetária.

A partir desse momento tratados econômicos vão vincular a economia portuguesa, a economia inglesa e, também a holandesa.

Determinadas pelo ouro, vão surgir duas conjunturas diferentes na economia portuguesa do século XVIII: 1ª) até 1760: “as boas condições do comércio refletiam-se positivamente nas rendas públicas, desestimulando maior intervenção do Estado”¹⁶ e 2ª) depois de 1760: “a crise econômica brasileira foi a principal condicionante das medidas econômicas, fortemente mercantilistas, decretadas pelo governo de Marquês de Pombal”¹⁷.

As medidas econômicas decretadas por Pombal foram: uma maior intervenção do Estado na economia, a criação/recriação de Companhias de Comércio (sendo que as outras tinham sido extintas no início do século XVIII)¹⁸ e a estimulação com instrumentos protecionistas da metalurgia, manufatura têxtil, vestuários e louças.

Todavia, para que essas ações econômicas fossem eficazes, algumas condições sociais seriam necessárias: o surgimento de novos elementos na nobreza, um leve declínio da antiga aristocracia, alguma renovação na burocracia estatal e uma autêntica burguesia nacional que dotasse o país de atividade empresarial, entretanto essa última faltou.

¹⁶ WEHLING, Arno. Formação do Brasil colonial/ Arno Wehling, Maria José C. M. Wehling – 2 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁷ Idem 1

¹⁸ Companhias coloniais: Oriente, Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e a de Moçambique. Companhias metropolitanas: Vinhas do Alto Doro e a Reais pescarias do Algarve.

No plano intelectual o século XVIII foi o século das Luzes, do Iluminismo. Este se voltava contra o Antigo Regime e isso até em países em que a burguesia era fraca.

Na política esse foi um momento de maior centralização do poder e do aperfeiçoamento da máquina burocrática. Em Portugal isso ocorreu na segunda metade do século XVIII quando o Marquês de Pombal assumiu o governo.

Esse novo absolutismo procurou nivelar as ordens perante o rei, abolir ou enfraquecer os privilégios da nobreza e submeter a Igreja.

2 - Marquês de Pombal

Como já se percebeu através do debate historiográfico, é impossível falar da colônia sem falar da metrópole. Elas eram interligadas, unidas, mesmo que de forma singela.

Para discorrer sobre a política colonial se faz necessário pensar a política metropolitana. Seus anseios, desejos, medos, necessidades, etc. Assim sendo, para falar do governo nas Minas é necessário pensar o governo do Marquês de Pombal.

Sebastião José de Carvalho e Mello, 1º Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Grande estadista português foi secretário de Estado do reino, sendo o rei D José I, de 1750 a 1777. Marcou a história por seu dinamismo administrativo e também por causa das reformas que operou em todo o Império

Português¹⁹. Ele governou Portugal de forma ditatorial, mas procurou, por vezes, racionalizar sua administração.²⁰ Essa racionalização, entretanto, não visava o enfraquecimento do poder real, ao contrário o que ele procurou foi sim, a centralização do poder do rei. A racionalização foi buscada através da incorporação de idéias iluministas, entretanto ele manteve aspectos absolutistas e traços da política mercantilista.

Em Portugal e em outras colônias, com exceção do Brasil, suas medidas foram: abolição da escravatura nas Índias Portuguesas, reorganização do exército e da marinha, reestruturação da Universidade de Coimbra, fechamento da Universidade de Évora em 1759, reforma do ensino primário, secundário e universitário, fim da discriminação em relação aos cristãos-novos (em parte). Porém, entre as mais importantes podem se destacar a criação de companhias e associações corporativas para uma melhor regulação da atividade comercial, além de uma ampla reforma do sistema fiscal, o que lhe rendeu grandes inimigos, principalmente a nobreza²¹.

Na colônia portuguesa brasileira o Marquês de Pombal nem sempre foi visto com bons olhos. Ele era visto por muitos como um grande tirano e opressor.

Muitas das suas idéias eram voltadas para os domínios ultramarinos. Defendia que as colônias eram objetos de utilidade da metrópole. Mas apesar dessa visão da “colônia como objeto” ele pretendia “instaurar uma espécie de

¹⁹http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo,_marqu%C3%AAs_de_Pombal – Site visitado as 13:56 do dia 09/12/2009

²⁰ A época colonial, v. 2: Administração, Economia, Sociedade/ por Aziz N. Ab'Saber...[et al] introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

²¹ Idem n 3

nacionalismo liberal, incentivar o progresso e mesmo a felicidade dos povos subjugados”²².

No Brasil, Pombal endureceu sobremaneira a atuação do Estado. Maximizou os objetivos do monopólio do comércio colonial, enrijeceu o pacto colonial e passou a controlar de forma mais ativa a balança comercial.

Na esfera social o ministro do rei estimulou os casamentos mistos entre portugueses e índios, além de recomendar a abolição das diferenças entre os mesmos. Passou a controlar de maneira mais efetiva a produção artística e literária, além de proibir a circulação de algumas obras européias na colônia.

Na área educacional a maior mudança operada foi a expulsão dos jesuítas não só do Brasil, mas de todo Império Português. Assim, a partir desse acontecimento é possível perceber uma maior secularização do ensino e do próprio Estado absolutista.

Na esfera econômica enfrentou o declínio da mineração brasileira e também a penúria da agricultura. Criou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e também a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Empresas essas que tinham a função de dinamizar as atividades econômicas no Norte e Nordeste da colônia.

Além disso, atuou para uma maior arrecadação do quinto, chegando a instituir a derrama em 1765²³, para que dessa forma os mineradores pagassem

²² Idem n 4

²³ Sendo a derrama um dos motivos que posteriormente incentivou a Inconfidência Mineira.

os impostos atrasados e também aumentou o fiscalismo²⁴ não só para os mais pobres, mas para todas as camadas da sociedade.

Na esfera político – administrativa as mudanças que ocorreram foram a extinção das donatarias e capitanias, tidas por Pombal como vestígios de feudalismo²⁵. Além de ter tentado modernizar a administração colonial através de “processos e métodos de formação intelectual e profissional, recrutamento, redução do nepotismo e limitação do caráter prebendário e vitalício dos ‘ofícios’ e ‘serventias’”²⁶, buscando também moralizar a venda de ofícios. Além disso, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, o que já era um claro indício da mudança do eixo econômico do nordeste para o centro-sul brasileiro.

Pode-se dizer, entretanto que as mudanças mais sentidas pelo colonato brasileiro, certamente, foi o aumento dos impostos e a dureza do fisco no período em que Pombal foi o ministro do rei.

3 – Provimento de ofícios durante o período pombalino

Joaquim Romero Magalhães em “A Construção do Espaço Brasileiro”²⁷ mostra que o governo colonial não era tão distinto do de Portugal. Ele afirma que a administração aqui proposta possuía tal característica, pois, diferente do que acontecia com o Oriente, a distância entre metrópole e colônia era menor.

²⁴ Criou para isso as “Casas de Inspeção do Tabaco e do Açúcar” e a “Junta do Comércio”

²⁵ Idem n 4

²⁶ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: História de Portugal/ José Mattoso... [et al]; José Tengarrinha, organizador. - - Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

²⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Construção do Espaço Brasileiro. In: História da Expansão Portuguesa/ Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, orhanizadores. Vol 2. Ed Temas e Debates.

Nuno Gonçalo Monteiro em seu texto *O governo da monarquia e do império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino* (2009) defende a ideia de que existia uma comunicação universal entre a margem e o centro político, talvez até mesmo facilitada por essa distância não tão grande como propõe Magalhães. Essa administração articulada levava até mesmo os ofícios de maior relevância para o Império a se subordinarem ao centro político. Ele destaca que essa comunicação é crucial para o entendimento da flexibilidade da administração imperial.

Para ele o governo que se transpõe para o Brasil é uniforme e tende a diferenciar as atribuições e competências das instituições administrativas de forma mais significativa, diferente daquilo que foi proposto para as colônias portuguesas no Oriente. Além disso, essas instituições existiam por quase toda a parte.

Ele diz que postos superiores como os de vice-reis e os de capitães gerais foram por vezes desautorizados pela metrópole, mas, isso não interferia na importância dos mesmos.

Monteiro também destaca em seu texto que Pombal não possuía uma política colonial e mostra que suas reformas administrativas não interferiram de maneira efetiva na colônia. Mostra que as reformas pombalinas foram mais sentidas no centro político do Império. Uma das grandes mudanças sentidas seria referente à retirada de poderes do Conselho Ultramarino, sendo esses repassados as Secretarias de Estado, da Marinha e Negócios Ultramarinos. A provisão de cargos de relevância é um exemplo, onde quem passa a provê-los

é o Rei e a Secretária e não mais o Conselho, vindo a esse somente uma notificação da decisão real.

Durante o reinado de D José o recrutamento social mudou como vem mostrando os estudos mais recentes.

As origens não eram tão importantes como eram até a primeira metade do século XVIII. O merecimento e conduta passam a ter mais relevância na hora da nomeação dos corpos institucionais a partir do período pombalino segundo Monteiro. Para tal Nuno Gonçalo destaca um estudo de José Pedro Paiva (2001) em que se pode ver quanto ao clero que essas indicações por merecimento levam a uma estreita ligação entre Pombal e os novos bispos já que possuíam laços de dependência pessoal com os mesmos.

No corpo diplomático as transformações também são visíveis. A primeira nobreza, também no período pombalino, perde espaço para a segunda nobreza.

No exército, entretanto, apesar de profundas mudanças, principalmente com a entrada de estrangeiros no mesmo, a primeira nobreza ainda era maioria no topo da hierarquia militar. Neste ponto, devemos ressaltar que é desse grupo de militares que saem os governadores imperiais.

Assim temos que os governadores escolhidos eram em sua maioria os de primeira nobreza e durante o governo de Pombal esse quadro é reforçado quanto as principais capitâneas, ao contrário do que acontece nos outros corpos institucionais. A elitização desses cargos continua forte com exceção do governo da Índia, a lógica de provisão de tais cargos como pode-se perceber não foi alterada por Pombal.

Não era intenção do Marquês questionar o estatuto da nobreza nem o sistema de remuneração de serviços da monarquia, segundo Nuno Gonçalo Monteiro. Seu objetivo era o de submetê-la a Coroa e Secretarias de Estado e reforma-la. O que conseguiu, entretanto, foi suscitar a oposição dos mesmos, apesar do apoio de alguns. Em consequência, o que vemos na nobreza de Portugal é a manutenção da maioria das casas nobres, a união de algumas e a dissolução de outras em função da oposição a Pombal.

Dessa forma temos que, segundo Monteiro, as grandes transformações da nobreza no período foram que novos títulos foram dados aos governadores de colônias do Brasil ou aos vice-reis da Índia, o que era regra, já que esses eram remunerados com tal ascensão a esses títulos.

A partir deste quadro formado podemos perceber claramente que Pombal certamente possuía uma relação de patrocínio com algumas famílias nobres. Isso é perceptível, principalmente, quando se trata do Marquês de Lavradio, governador da Bahia e vice-rei do Brasil; uma relação quase que de cliente para patrono segundo Monteiro.

O que se pode afirmar, segundo o autor, é que é neste período que o governo passa a ser visto como o centro da decisão política do Império, já que é nesse momento em que os Secretários passam a fazer uso efetivo da autoridade e supremacia sobre os órgãos da administração central, desde o menor até o maior.

Durante seu governo os capitães-generais das Minas foram:

GOVERNANTE	INÍCIO	FIM
Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela (governador pela segunda vez)	1737	1752
José António Freire de Andrade, 2.º Conde de Bobadela	1752	1758
Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela (governador pela terceira vez)	1759	1763
Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha (interino)	1763	1763
Luís Diogo Lobo da Silva	1763	1768
José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, Conde de Valadares	1768	1773
Antônio Carlos Furtado de Mendonça	1773	1775
Pedro Antônio da Gama Freitas (interino)	1775	1775
Antônio de Noronha	1775	1780

4 – Modos de governar

Alguns estudos com o passar dos anos começam a mostrar como funcionavam os governos dos capitães gerais da colônia no Brasil. Esses buscam ressaltar quais eram as relações destes homens, suas funções, bons trabalhos realizados e, lógico, suas fraquezas a frente de tanta riqueza, como no caso das Minas.

Boxer aponta em seus estudos que muitos desses governantes possuíam uma participação ativa no comércio colonial, apesar disto ser proibido pela colônia. Além disso, havia a corrupção que fazia com que esses voltassem para Portugal muito ricos. E, assim, eles poderiam se sentir compensados pelos perigos aqui vividos, até porque os salários eram baixos e se não fosse tal subterfúgio talvez esse esforço não valeria a pena e não permitiria que o centro político tivesse a colônia por tanto tempo em suas mãos.

No caso mineiro, o Estado consegue se impor com suas leis como em nenhum outro caso. A mineração fez com que o fiscalismo fosse mais duro em Minas do que já tinha sido em qualquer outra colônia.

Em consequência deste quadro, os governadores mineiros eram escolhidos a dedo pela Coroa sendo, esses, pessoas de sua maior confiança, segundo Laura de Mello e Souza²⁸. Desta forma, não só a Coroa cobiçava as riquezas auríferas da região, mas seus subordinados diretos também as desejavam, o que desencadeava um sem fim de infrações. Mello e Souza diz que “a administração mineira apresentou um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia”.

Como a situação da metrópole era delicada em função da distância e da morosa burocracia a política era a do “bater e soprar” onde a presença do Estado tinha que ser conhecida sem se tornar, por isso, inconveniente.

Os governantes das Minas possuíam algumas preocupações em especial. Isso como já foi dito acima em função de esta parte da colônia ser “a menina dos olhos” da coroa portuguesa, uma consequência natural da riqueza aqui produzida.

Entre elas podemos destacar a preocupação que havia por parte destes com a aplicação das leis. A administração chegava antes mesmo da população que formariam novos povoados. Esse quadro confirma até mesmo as ideias de Faoro, em que o Estado e suas leis precedem a povoação.

²⁸ MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII/Laura de Mello e Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2 ed, 1985.

Desta forma, é possível perceber que a urbanização, no caso mineiro, correspondeu a uma política deliberada e sistemática a partir de 1710, segundo Laura de Mello e Souza. As cidades tinham por finalidade consolidar o poder da metrópole no meio do sertão das Minas em uma colônia predominantemente rural e agrícola.

A relação que passou a existir entre os indivíduos a partir desta vida mais urbana propiciou segundo a autora não só o surgimento de conflitos mas também possibilitou a aplicação de punições para os mais diversos tipos de infratores: “Normalizar a população e cobrar impostos tornaram-se necessidades prementes...”²⁹.

Os lucros da Coroa eram dependentes da paz naquela região. Tanto que em todo o período colonial o essa foi uma temática muito importante para os governantes escolhidos.

Em ordem: após a urbanização e organização administrativa a próxima preocupação era com a gente que morava nas Minas.

Os governadores se preocupavam sobremaneira com a possibilidade de levantes em meio a população, principalmente a escrava. Entre os mais temerosos e um dos primeiros a lançar um olhar mais atento a esse aspecto colonial, segundo Mello e Souza foi o Conde de Assumar.

Para os administradores uma das principais causas deste defeito naquela população seria a mestiçagem, sendo estes, ainda, seriam culpados por influenciar os brancos com sua vadiagem e falta de caráter.

²⁹ Idem 28.

Quanto aos escravos, estes importantes homens perante a Coroa tremiam por medo de sublevações. Em função deste, a violência era a proposta para que se acalmassem os ânimos destes homens tão desejosos de liberdade, mas tão necessários para o empreendimento colonial.

Como a população representava um perigo para a metrópole, a administração colonial passou a regular todas as relações sociais indo de casamentos a briga de vizinhos:

“contava com o apoio das Devassas Eclesiásticas, que a partir de 1721 enquadrinharam a vida das populações mineiras, reprovando suas relações ilícitas e o seu modo de vida; premiava os agentes que se lançavam na repressão dos elementos incômodos e incentivava as câmaras a fazerem o mesmo.”³⁰

A recompensa para quem se propusesse a apoiar a Coroa nesta consolidação da ordem eram os favores reais, tais como: nomeações para cargos, obtenção de privilégios, premiação com tabelionatos e ofícios.

A Coroa, desta forma, estendia suas malhas da dominação, fazendo uso de indivíduos para fortalecer-se comprava-os com mercês. Isto gerava nos habitantes mais bem posicionados na sociedade uma sede normalizadora³¹. O poder se achava pulverizado, para se alcançar os objetivos necessários tudo, ou quase tudo era permitido e quanto a Justiça, bem... sua relativização atenuava os casos mais espantosos e arbitrários segundo Laura de Mello.

³⁰ Idem 28.

³¹ Laura de Mello e Souza em “Desclassificados do ouro”, na página 112, cita Diogo de Vasconcellos “História Média” onde na página 215 deste texto ele diz que Pombal possuía no meio da população “um corpo de secretas que se misturavam com o povo e lhe remetia as delações.” Aqui podemos perceber a ação do Marquês junto a população colonial.

Outra preocupação das autoridades coloniais era a falta de laços familiares da população e se tornou um outro objetivo perseguido de forma voraz.

Segundo Souza a sociedade daquele período, diferente do que muitos estudiosos sugerem, não era nucleada na família. Os sujeitos que se dirigiam para a colônia eram em sua maioria solteiros e a falta de mulheres brancas era perceptível em terras brasileiras. Assim, deste quadro surgiram várias famílias ilegais baseadas no concubinato. Surgia deste modo a necessidade de se normatizar aquela população através do casamento.

Segundo os administradores coloniais o casamento tornava a população “administrável” e fazia com que os trabalhadores rendessem mais em seus serviços.

Sem o casamento a manutenção da propriedade estava em perigo, pois os solteiros não tinham para quem deixar suas posses. Com a finalidade de alavancar os números de casamentos chegou-se até mesmo a cogitar a possibilidade de premiarem os que se casassem e punir os que se negassem a “proceder corretamente”.

Outro problema que o não casar-se gerava era a falta de filhos destes para ajudarem a povoar e defender tão vasto território quanto o da colônia. A metrópole não tinha gente o suficiente para tal empreendimento desta maneira os filhos daqueles que vinham para tais terras eram indispensáveis para o futuro.

Com a intenção de mudar essa situação mulheres sozinhas eram proibidas de voltarem sozinhas, solteiras para a metrópole e Pombal passou a

incentivar o casamento entre brancos e índios, já que o casamento entre brancos e negros gerariam mestiços e estes eram fonte de medo dos administradores, o que tornava esse tipo de relação “inviável”.

Pombal não visava o respeito a população mestiça, mas sim a preservação do patrimônio colonial, constantemente ameaçado pelos castelhanos. E, para defender a colônia, portanto, a Coroa não só aceitaria a mistura de índios e brancos como também a apoiaria, o que não significa aceita-la. Daí em diante só seria necessário mesmo controla-los.

Outra preocupação era com o cumprimento da lei e com o exercício da violência.

Principalmente nas Minas, a violência foi uma das principais características da Justiça, tendo sido ela uma das grandes responsáveis para a manutenção do sistema colonial. E um dos grandes cargos que mais faziam um uso até mesmo arbitrário desta era o de Ouvidor, já que estes gozavam de grande autonomia frente ao Governador, segundo Mello e Souza.

Segundo a autora, nos locais mais afastados a Justiça ficava a cargo do capitão-mor das Ordenanças.

A violência, portanto, era usada como instrumento para a manutenção da hierarquia social:

“De maneira geral, a violência da justiça se refletia nas prisões, nos castigos exemplares e na aplicação da pena de morte. Como em toda a parte, afetava especialmente os pobres e os destituídos de propriedade, confirmando assim o seu papel de

consolidadora do poder de uma camada social ou, em outras palavras, revelando seu caráter instrumentalizador.”

Segundo Souza os presos comuns iam para a cadeia da câmara, sendo ela quem a sustentava. Os presos do rei (quem atentava contra o rei ou contra o regime político) iam para a prisão do rei. Os presos do bispo iam para o aljube. Quando não havia as duas últimas iam todos para a primeira sendo sustentados os presos por quem os havia mandado prender.

Quando os presos não eram alojados em cadeias eles eram enviados para longe ou para serviços militares e presídios.

Estavam todos misturados nas cadeias. Assassinos, ladrões, escravos, vadios, indivíduos de má conduta, todos juntos, esperando que os lentos processos se arrastassem por anos para serem então julgados ou esperando uma melhor hora para fugirem devido a precariedade das prisões.

Assim, antes de ser defensora dos povos a justiça era sim uma guardiã da Ordem e do Privilégio e a prisão e a pena de morte possuíam um caráter exemplar para aquela população “quase animalesca” da colônia.

Os mais perseguidos pela Justiça foram: os homens livres pobres, expropriados, mestiços ou negros e as negras quitandeiras e os vadios que certamente foram os mais alcançados pela tal.

Muitas ordens foram dadas por parte dos capitães-generais das Minas quanto a vadiagem e as negras de taboleiro.

Quanto aos primeiros, se esses fossem encontrados causando qualquer tipo de alvoroço por onde passassem deveriam ser presos, deveriam

entretanto, os que delatavam-lhes, tomar cuidado para não os confundirem com bandeirantes, roceiros ou com os rancheiros. Além do mais não deveriam se aproveitar as autoridades para se vingarem de seus desafetos levantando falso testemunho contra homens de boa fé e produtivos.

Mesmo que um homem cometesse um crime mais grave, se fosse ele um trabalhador que por algum acidente cometesse tais atos deveria se tomar cuidados, pois as duras leis eram contra a vadiagem e não contra homens de boa fé.

Quanto as negras quitandeiras se fossem pegas vendendo seus produtos perto dos locais de mineração deveriam ser presas e pagarem multas, para ver se desistiam de continuar com tais práticas.

No século a administração colonial, segundo Mello e Souza , foi consideravelmente marcada pela violência. Levando os potentados locais a amarem alguns de seus administradores e a odiarem outros.

O último ponto que trataremos aqui e que levava grande preocupação à administração colonial é quanto ao fiscalismo.

É certo que era da colônia que se extraía tributos o suficiente para manter a fazenda real. Para tal se contava com: os dízimos, os direitos de entrada, os direitos de passagens, o subsídio voluntário e o subsídio literário. Entretanto, mais certo ainda é que a Coroa arrecadou muito mais com ouro e diamantes, fazendo-o de diversas formas.

A mineração desde o princípio contou com a Intendência das Minas. Ela possuía um superintendente e não era ligado ao governador. Ela era

subordinada a Lisboa a quem a descoberta de jazidas deveria ser comunicada imediatamente.

A princípio a tributação do ouro era feita por cobrança de bateias, incidia sobre a mão-de-obra. Após surgiu a capitação, todos pagavam imposto, encontrando ouro ou não, só se livravam as crianças menores de catorze anos e os escravos que trabalhassem para oficiais, ministros régios e eclesiásticos (não foi por menos que essa foi a forma de tributação que mais causou revolta em meio a população). E, por fim, surgiram as Casas de Fundição onde se recolhia, fundia, se reduzia o ouro a barras e se quintava tudo aquilo que era produzido, após a retirada do quinta devolvia-se aos seus proprietários.

A tributação massacrava os mineiros, todas as formas de arrecadação de tributos eram injustas. Com o declínio da mineração, a dificuldade em pagar impostos crescia sobremaneira sobre a população levando muitas mulheres forras a prostituição.

Essa arrecadação era tão feroz que as Câmaras passaram a interceder junto a Coroa que se revisse tal forma de taxação para que se pudesse aliviar a situação colonial.

Por estarem, muitos homens, reduzidos a extrema pobreza, vários se lançaram ao contrabando, tendo sido este um grande problema enfrentado pelo fisco durante todo o período da mineração. E quanto a temática muitos estudiosos defendem que os contrabandistas, os grandes, eram os ricos de então, e que, os pobres eram tão pobres que o que conseguiam de ouro era o mínimo para a sua subsistência. Mas os ricos...quem os entregaria, acredita-se

que muitas vezes esses andavam de negociatas com os próprios agentes da Coroa que lhes acobertavam tais ações.

O fisco, entretanto por mais cruel que parecesse em alguns lugares, foi sem igual no Distrito Diamantino, segundo Laura de Mello e Souza³²:

“Disseminado por toda a colônia e especialmente dirigido, no século XVIII, para as Minas, foi entretanto no Distrito Diamantino que o fisco mostrou sua face mais cruel e violenta. Demarcado e cercado a partir de 1734, o território diamantífero foi o exemplo mais vivo da violência alcançada pela máquina administrativa colonial, da iniquidade da sua Justiça, da arbitrariedade de suas medidas.”

Seu governo era independente do governo das minas e deveria se dirigir diretamente a Lisboa. A ele respondia somente no plano militar e suas divergências eram constantes. Sua população vivia em pânico e viviam delatando uns aos outros.

Diante do quadro formado percebe-se que a administração colonial serviu em primeiro lugar a metrópole e depois aos homens bons. Quanto aos pobres, negros, mestiços entre outros, esses ficaram a própria sorte, a mercê da injustiça e de uma tributação violenta.

³² Idem 28.

CAPÍTULO 3

A SITUAÇÃO MINEIRA E SEUS GOVERNADORES DURANTE O SETECENTOS

1 – A Economia Mineira

A economia a princípio era totalmente voltada para a produção açucareira, estando essa concentrada no Norte da colônia.

Com o passar do tempo este quadro mudou. A expulsão dos holandeses daquela região fez com que esses se dirigissem para o Caribe. Lá passaram a produzir açúcar, o que levou a coroa portuguesa voltar seus olhos para a possibilidade de encontrar metais preciosos no sertão brasileiro.

A partir desse momento as bandeiras passam a receber um maior apoio metropolitano que culminaria na descoberta de veios auríferos no Brasil central (Mato Grosso e Goiás), sendo seus maiores representantes os paulistas.

Em 1698, começa efetivamente a corrida pelo ouro, levando a povoação daquele espaço antes tão inóspito (foram nesse ano que se descobriram as minas de Ouro Preto).

Junto com esse rápido povoamento, veio a fome e outros problemas de abastecimento que seriam enfrentados pelos governadores da capitania.

A. A organização da economia mineira

Havia, basicamente, dois tipos de “empresas” mineradoras: a lavra (grande extração) e a faiscação (pequena extração). A lavra consistia numa exploração de dimensão relativamente grande em jazidas de importância e utilizava amplamente o trabalho escravo. À medida que essas jazidas iam se esgotando e sua exploração tomava-se antieconômica, ocorria o deslocamento das lavras para outras jazidas, deixando o que restara da anterior para a faiscação, praticada por pequenos mineradores.

No Brasil, o ouro encontrava-se depositado na superfície ou em pequenas profundidades: inicialmente exploravam-se os veios (nos leitos dos

rios), que eram superficiais; em seguida, os tabuleiros (nas margens), que eram pouco profundos; e, finalmente, as grupiaras (nas encostas), que eram mais profundas. Dizemos, por isso, que predominou o ouro de aluvião, que era depositado no fundo dos rios e de fácil extração, ao contrário das minas de prata do México e do Peru, que dependiam de profundas escavações. A extração do ouro de aluvião era, portanto, mais simples, mas de esgotamento mais rápido. Por essa razão, mesmo na organização das lavras, as empresas eram concebidas de modo a poderem se mobilizar constantemente, conferindo à atividade mineradora um caráter nômade. Como consequência, o investimento em termos de equipamento não podia ser de grande vulto.

Seguindo as características de toda a economia colonial, a mineração era igualmente extensiva e utilizava o trabalho escravo. A técnica de extração, por sua vez, era rudimentar e mesmo o número de escravos para cada lavra era reduzido, embora haja notícias de lavras com mais de cem escravos. Na realidade, a manutenção de uma empresa com elevado e permanente número de escravos era incompatível com a natureza incerta das descobertas e da produtividade das minas.

2 – Os Governadores das Minas

A - Conde de Bobadela

António Gomes Freire de Andrade, nascido em Juromenha no ano de 1685, faleceu no Rio de Janeiro em 1 de janeiro de 1763. Foi um nobre militar e administrador colonial português. Foi feito primeiro conde de Bobadela por carta de 20 de dezembro de 1758.

Filho de Bernardino Freire de Andrade e de D. Joana Vicência de Meneses, foi moço fidalgo com exercício, acrescentado a fidalgo escudeiro, do Conselho do rei D. João V de Portugal e do rei D. José I de Portugal.

Em 1735 recebeu o encargo de administrar também as Minas Gerais, e em 1748, havendo aumentado a população de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, incumbido de administrar as duas novas capitânicas que se fundaram. Assim, enviado ao Brasil para ser governador da Capitania do Rio de Janeiro,

acumulando sob seu comando os territórios de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil

No Rio de Janeiro, junto ao sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, realizou obras como o Aqueduto da Carioca, a Casa dos Governadores terminada em 1743, e o chafariz ou fonte pública da praça do Carmo. Incentivou também a construção de importantes obras religiosas, como o Convento de Santa Teresa e o *Convento da Ajuda* (demolido). Permitiu a abertura da primeira tipografia da colônia, criada no Rio de Janeiro em 1747 por *Antônio Isidoro da Fonseca*, mas que teve de ser fechada por ordem do governo português. Incentivou a cultura também pela criação de academias de intelectuais: a *Academia dos Felizes* (1736) e a *Academia dos Seletos* (1752), ainda que nenhuma teve vida longa.

Depois da atuação notável como governador, uma vez denunciadas ao governador em 1744 pelo guarda-mor J. R. Froes as riquezas do distrito diamantino de Paracatu, cuidou logo de explorar os terrenos. Agiu para o aproveitamento das minas de Paracatu, recém-descobertas, esforçando-se para tentar acabar com a falta de controle da circulação do ouro e a desorganização da coleta dos quintos. Reprimiu o contrabando, articulado a partir do Rio, estabeleceu um sistema de taxas sobre o ouro de Minas, determinou a imposição de um contrato sobre os diamantes do Tijuco, distrito que Portugal mantinha rigorosamente fechado, supervisionou a renovação urbana do Ribeirão do Carmo rebatizada Cidade Mariana em homenagem à Rainha D. Maria Ana de Áustria. Atuou intensamente em favor da cultura e instrução na colônia.

Em decorrência do Tratado de Madrid (1750), o governador deslocou-se em 1752 junto com Fernandes Alpoim à região sul para delimitar as fronteiras com as colônias espanholas. Comandou as tropas luso-espanholas que venceram os índios guaranis durante a Guerra Guaranítica (1754-1756), em que lutou contra o líder guarani Sepé Tiaraju.

Ao mesmo tempo que prestava atenção aos interesses materiais do país sujeito a seu domínio, atendia à instrução e ao amor pela literatura, empregando os meios possíveis para o seu desenvolvimento. A ele se deve o

estabelecimento da oficina tipográfica do Rio, de que foi proprietário Antônio Isidoro da Fonseca. A tipografia durou pouco, porque a iniciativa desagradou ao governo da metrópole, temeroso da demasiada ilustração dos colonos, que censurou muito que o capitão general concedesse autorização para que se fundasse e ainda não satisfeito com a censura, ordenou que se fechasse.

Como militar se distinguiu na guerra do Rio Grande do Sul contra os índios, de 1750 em diante, derrotando em menos de seis meses os inimigos que os jesuítas dirigiam ocultamente.

Depois do Pacto de Família, Portugal declarou guerra à Espanha, de que resultou D. Pedro de Cevallos tomar a cidade do Sacramento, que arrasou e à qual nunca chegaram socorros do Rio de Janeiro. Diz-se que este fato lhe causou tão poderosa impressão que recebeu a notícia em dezembro de 1762 e adoeceu gravemente, morrendo em 1 de janeiro seguinte. Está sepultado na capela do convento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Deixou em testamento um valiosíssimo morgado em favor do irmão, José Antonio Freire de Andrade, pois não se casou nem teve filhos.

B - José António Freire de Andrade

José António Freire de Andrade nasceu em Estremoz no dia 22 de abril de 1708, faleceu em local desconhecido em 22 de abril de 1784. Foi um cavaleiro professo na Ordem de Cristo, tenente general de cavalaria e 6º governador (interino) da capitania de Minas Gerais.

2º conde de Bobadela, era moço fidalgo, comendador em 2 vidas da comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Velha de Ródão, na Ordem de Cristo. Sucedeu na casa e em várias tenças e padrões, impostas em diversas casas fiscais, a seu irmão o 1º conde de Bobadela, a 1 de janeiro de 1763 e no título de conde por nova mercê, em renovação do de seu irmão e em mais duas vidas, por decreto de 2 e carta de 9 de maio do mesmo ano.

Prestou bons serviços no Estado do Brasil em 1751. Tendo o posto de coronel, foi governador e capitão general do Rio de Janeiro interinamente por carta de 25 de outubro de 1758. Foi governador das armas da província da Beira e em 1767 do Minho.

Tenente general do Exército, na guerra do Roussillon em 1762, prestou bons serviços a Coroa.

C - Antônio Alvares da Cunha

Antônio Álvares da Cunha, primeiro conde da Cunha, nascido em Lisboa em 1700, veio a falecer também em Lisboa no ano de 1791. Foi um fidalgo e administrador colonial português.

Sobrinho do hábil diplomata Dom Luís da Cunha, foi governador de Angola (1753-1758) e vice-rei do Brasil (27 de junho ou 16 de outubro de 1763 a 31 de agosto ou 17 de novembro de 1767), quando da transferência da capital do Brasil de Salvador (Bahia) para o Rio de Janeiro.

Em sua gestão no Brasil, atendendo às exigências de grave situação militar, melhorou as fortificações então existentes na cidade do Rio, e deu início a outras, como os Arsenais de Guerra e Marinha.

Para evitar os habituais descaminhos do ouro então explorado nas Minas Gerais, já que os produtores tentavam furtar-se ao recolhimento do quinto cobrado pela Coroa, coube-lhe aplicar a Carta-régia que proibia o exercício do ofício de ourives na Colônia. Fazendo-o, não deixou, porém, de recomendar atenuantes em sua aplicação.

Foi responsável pela fundação do Hospital dos Lázaros, um dos mais antigos da cidade do Rio de Janeiro.

Deve-se a ele, em geral, o lançamento da base dos arsenais da Marinha e da Guerra na cidade, o ter se acabado com a grande *vala* utilizada como esgoto no Rio de Janeiro (antiga rua da Vala, hoje rua Uruguaiana).

Conta-se que terminou o seu governo pobre e teve que pedir dinheiro emprestado para regressar a Portugal.

Em frente ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ergue-se uma herma em sua homenagem, obra do escultor Luís Pais Leme.

D - Luis Diogo Lobo da Silva

Luís Diogo Lobo da Silva nasceu em Montemor em 1717. Morto em data e local desconhecidos. Foi um administrador colonial português.

Foi governador da capitania de Pernambuco, de 1756 a 1763, e depois da capitania de Minas Gerais, de 1763 a 1768.

E - Conde de Valadares

D José Luis Menezes Castelo Branco e Abranches ou o 6º Conde de Valadares. Nasceu em Lisboa em 6 de dezembro de 1742 vindo a falecer também em Lisboa em 16 de novembro de 1792. Era filho de D Álvaro de Noronha Castelo Branco e D Tereza Josefa de Noronha. Casou-se em 28 de maio de 1774 com D Luisa Josefa Maria Rita Antónia Fausta de Noronha com quem teve 5 (cinco) filhos³³.

Ele governou as Minas do ano de 1768 ao ano de 1773, tendo assim somente 25 anos de idade, o que segundo Laura de Mello e Souza não impediu que esse fizesse um bom trabalho quando a frente do governo. Além disso, segundo a autora, tal cargo lhe foi confiado mais pela importância de sua família do que pelo merecimento ou experiência que possuía. Ele estaria bem endividado antes de assumir o governo e anos mais tarde seria acusado de improbidade administrativa. Além disso, possuía muitas relações políticas como, por exemplo, com o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, com quem trocou inúmeras cartas durante todo seu governo³⁴.

³³ Dados disponíveis em: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=23333. 19:41 – 18/06/2009

³⁴ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Fontes para a História da Administração Colonial: comentários sobre o *Fundo Marquês do Lavradio* do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/lavradio.htm>. - 13:38 - 02/10/2009

Laura de Mello e Souza³⁵ mostra em seu trabalho *Desclassificados do Ouro* (pág. 129), que Valadares foi considerado um governador autoritário não pelas classes mais baixas da sociedade, mas pelos potentados mineiros, por colocar a lei e a Coroa acima dos interesses locais.

Ao Conde de Valadares foi dedicado o célebre volume *Orbas* (1768) de Claudio Manuel da Costa. Nesse o poeta pediu ao então governador mecenato e proteção, com todas as formalidades daqueles tempos³⁶.

F - Antonio Carlos Furtado de Mendonça

Antônio Carlos Furtado de Mendonça nasceu em Lisboa em 1728, quanto ao seu falecimento não temos maiores informações. Foi um militar e administrador colonial português.

G - Pedro Antônio da Gama Freitas

Pedro Antônio da Gama Freitas, o que se sabe é que nasceu e faleceu em Portugal. Foi um militar e administrador colonial português.

Foi governador interino da Capitania de Minas Gerais, em 1775. Nomeado governador da Capitania de Santa Catarina, por carta régia de 5 de junho de 1775, assumindo o governo de 5 de dezembro de 1775 a 27 de fevereiro de 1777.

Foi deposto após a invasão da ilha de Santa Catarina pela esquadra comandada por Pedro de Ceballos, que desembarcou na ilha em 23 de fevereiro de 1777.

H - Antonio de Noronha

Nada encontrado.

³⁵ Idem 28.

³⁶ TEIXEIRA, Ivan. Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=JCSRBnY1SVgC&pg=RA1-PA474&lpg=RA1-PA474&dq=D+Jos%C3%A9+Luis+Menezes+Castelo+Branco+e+Abranches&source=bl&ots=cCInWu-drQ&sig=LTnKz6UCHooM3qTn_vq5Q2juWe8&hl=pt-BR&ei=uyrGSs60J8-NuAeC74TqDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10#v=onepage&q=&f=false – 14:00 – 02/10/2009

CONCLUSÃO

Ao analisarmos textos e autores podemos chegar a algumas conclusões sobre o período pombalino.

Na economia vemos que sua política é voltada para uma maior intervenção estatal, criação de Companhias de Comércio, estimulação de alguns setores econômicos. Esse quadro é o que se vê relativo a todo império português, mas quanto a colônia o que vemos é um enrijecimento do pacto colonial, um maior controle da balança comercial, aumento do fiscalismo e uma maior arrecadação do quinto, um dos motivos pelos quais Pombal não era bem quisto em terras brasileiras. Além disso, enfrentou o declínio da mineração e a penúria da agricultura.

Na área social vemos a tentativa de renovar a burocracia estatal, expectativa em criar uma autêntica burguesia nacional (o que não deu certo), o surgimento de novos elementos da nobreza e o declínio da antiga aristocracia.

Na colônia as mudanças mais perceptíveis são o estímulo do casamento entre brancos e índios, um maior controle da produção artística e da circulação de obras europeias em território colonial, além da maior de todas as transformações que foi a expulsão dos jesuítas de toda extensão do império.

Na política, que é onde esperávamos profundas modificações, pudemos depreender que não foi bem assim que aconteceu. É óbvio que houveram alterações, mas não em sua essência como era de se esperar de um líder político tão diferente.

Ele buscou em todo tempo uma maior centralização do poder real, tirando até mesmo a autonomia de alguns órgãos para tomar decisões sobre determinados assuntos. Além de ter como um de seus objetivos o aperfeiçoamento da máquina burocrática.

Na colônia ele extinguiu a capitânicas, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro e tentou modernizar a administração colonial ao tentar recrutar indivíduos com formação intelectual e profissional, reduzir o nepotismo e moralizar a venda de ofícios.

Ao olharmos sua postura frente aos governadores das colônias, o que inclui os das Minas, vemos que sua intervenção foi mínima.

Esses eram considerados cargos de relevância para o centro político, mas isso não os desobrigava a se subordinar a esse.

Pombal e suas reformas administrativas não interferiram de modo efetivo na colônia. Nem mesmo o provimento do ofício de capitães-gerais para o território mineiro mudou de maneira significativa.

O provimento de ofícios mudou para alguns como clero e corpo diplomático na medida em que o que passa a importar realmente não é a origem do indivíduo, mas sim seu merecimento e conduta, nessas áreas é possível perceber a ligação de muitos desses homens com Pombal.

No exército, entretanto, apesar de algumas diferenças na base, o topo da hierarquia, em sua maioria, ainda pertencia a primeira nobreza e é dali que saíam os governadores imperiais. Assim, é possível perceber a forte elitização que ainda havia para esses cargos mesmo no período pombalino.

Segundo Laura de Mello e Souza, os governadores mineiros eram escolhidos a dedo pela Coroa devido à importância da região, mas mesmo seus modos de governar no período de Pombal não sofreu profundas alterações.

As preocupações desses homens eram basicamente: aplicação e cumprimento das leis, a urbanização (para uma maior consolidação do poder real), a gente que morava nas minas (por temerem conflitos e levantes), como consequência deste temor, a regulação das relações sociais de maneira mais dura (regulando casamentos e até mesmo desentendimentos entre vizinhos), aumentar o número de casamentos (o que tornaria a população mais administrável) e, é claro, o fiscalismo.

Assim sendo, vemos que o governo de Pombal não alterou de maneira efetiva a administração mineira, a não ser mesmo o aumento do centralismo do poder real e o fiscalismo que se tornou mais duro levando a colônia das Minas, anos mais tarde, a levantes que eles mesmos tanto temiam.

BIBLIOGRAFIA

1 – Fontes Secundárias

A.J. R. Russell-Wood, “Governantes e agentes”; Francisco Bethencourt, “A América portuguesa”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da expansão portuguesa. O Brasil na balança do Império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 7ª ed. RJ.: Bertrand Brasil, 2004.

BOXER, Charles. O Império Marítimo Português 1415 – 1825/ Charles Boxer; tradução Anna Olga de Barros Barreto. – São Paulo: Companhia das letras, 2002.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre/São Paulo, Globo/Edusp, 1975.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. RJ.: Edições Graal, 1979. P.: 1-14, 69-78, 145-152, 167-192, 209-228, 277-293.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana. P. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Lisboa e Vitória: IICT e EDUFES, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviathan. Almanack Braziliense. Nº. 5. 2007

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

José Pedro Paiva. “Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino”. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.25, 2001, 41 – 63.

O Governo dos Povos/ Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado, Maria Fernanda Bicalho, organizadores. – São Paulo: Alameda, 2009.

O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI – XVIII)/ João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII/ Laura de Mello e Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Edição, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito

SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII/Laura de Mello e Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

2 – Sites

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Colonização portuguesa, escravismo e atividades econômicas: breve balanço historiográfico. In: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/colonizacaoportuguesaescravismoeatividadeseconomicas.pdf>. 20:01 - 25/06/2009.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Fontes para a História da Administração Colonial: comentários sobre o *Fundo Marquês do Lavradio* do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/lavradio.htm>. - 13:38 - 02/10/2009

TEIXEIRA, Ivan. Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=JCSRBnY1SVgC&pg=RA1-PA474&lpg=RA1-PA474&dq=D+Jos%C3%A9+Luis+Menezes+Castelo+Branco+e+Abranches&source=bl&ots=cCInWu-drQ&sig=LTnKz6UCHooM3qTn_vq5Q2juWe8&hl=pt-BR&ei=uyrGSs60J8-NuAeC74TqDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10#v=onepage&q=&f=false – 14:00 – 02/10/2009

http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=23333.19:41 – 18/06/2009